

Reprodução social em disputa: um debate entre autonomistas e marxistas¹

Social reproduction in dispute: a debate between autonomists and Marxists

Paula Varela*

Resumo

Este texto aborda o debate teórico-político entre a perspectiva autonomista e a marxista da reprodução social. Para isso, baseamo-nos no recente dossiê publicado pela revista *Radical Philosophy* “Social reproduction theory”, cuja apresentação foi escrita por Silvia Federici e seu artigo teórico por Alessandra Mezzadri. O núcleo duro do dossiê tem o objetivo de polemizar com as posições sustentadas no livro de Tithi Bhattacharya, *Teoria da reprodução social*: remapeando a classe, recentralizando a opressão. Apresentamos aqui uma “crítica da crítica”, a fim de propor uma leitura sobre a Teoria da Reprodução Social como uma teoria da relação entre produção e reprodução na sociedade capitalista.

Palavras-chave: feminismo; marxismo; reprodução social; classe trabalhadora

Abstract

This article addresses the theoretical-political debate between the autonomist vision and the Marxist vision of social reproduction. To do so, we base on the recent dossier published by the journal *Radical Philosophy* “Social reproduction theory”, whose presentation is written by Silvia Federici and its theoretical article by Alessandra Mezzadri. The hard core of the dossier’s argument is aimed at polemizing with Tithi Bhattacharya’s book *Social reproduction theory*: remapping class, recentring oppression. This is a “critique of criticism” that propose a reading of the Theory of Social Reproduction as a theory of the relationship between production and reproduction in capitalist society.

Keywords: feminism; Marxism; social reproduction; working class

¹ Título original “La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas”, publicado na revista *ARCHIVOS de historia del movimiento obrero y la izquierda*, ano VIII, n° 16, março de 2020-agosto de 2020, pp. 71-92. Pode ser consultado em: <<https://doi.org/10.46688/ahmoi.n16.241>>. Agradecemos à autora por fazer uma revisão final e autorizar a publicação, assim como ao Comitê Editorial da revista por permitir esta publicação em português brasileiro.

* Paula Varela é pesquisadora do Centro de Estudios e Investigaciones Laborales del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad de Buenos Aires (Argentina). E-mail: paula.varela.ips@gmail.com. Traduzido por Camila Carduz Rocha e por María Josefina Mastropaolo, ambas investigadoras do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS), registrado no Diretório do CNPq em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461. Esta versão foi lida e comentada pela autora Paula Varela que auxiliou na escolha dos termos mais adequados. [N. T.] As citações de trabalhos que não foram publicados no Brasil e, portanto, estão referenciados em idiomas que não o português brasileiro, foram traduzidas de maneira livre pelas tradutoras.

Introdução

Em abril de 2019, a revista *Radical Philosophy* publicou um dossiê chamado “Teoria da reprodução social”, cuja apresentação foi escrita por Silvia Federici, e seu conteúdo visa, basicamente, polemizar com a perspectiva marxista da Teoria da Reprodução Social (TRS), criticando o livro de Tithi Bhattacharya, *Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão*²³. O artigo que concentra os argumentos teóricos é “On the value of social reproduction”, de Alessandra Mezzadri, e, portanto, irei me basear nele para elaborar uma “crítica da crítica”⁴ e propor *uma leitura da Teoria da Reprodução Social como uma teoria da relação entre produção e reprodução na sociedade capitalista*.

O artigo de Mezzadri tem três virtudes. A primeira é que destaca algo que estava pairando no ar, mas que ainda não havia sido abertamente expresso: que há uma disputa teórico-política sobre o que queremos dizer com “reprodução social” e que há dois contendores nessa disputa: a *perspectiva autonomista* e a *perspectiva marxista* da reprodução social. Uma atualmente representada por Silvia Federici e outras teóricas; a outra expressa (para este debate) no livro compilado por Bhattacharya, que retoma as propostas de Lise Vogel e inclui contribuições de teóricas contemporâneas como Susan Ferguson e Cinzia Arruzza (entre outras). A segunda virtude do artigo é que ele situa o cerne do debate teórico onde este deveria estar: a definição do que é o trabalho de reprodução social e o papel que desempenha no capitalismo contemporâneo, e qual é a sua relação com o trabalho de produção de mercadorias, ou, em termos marxistas, com a produção de valor. Para isso, o artigo de Mezzadri leva o debate de volta às suas origens: as elaborações de Mariarosa Dalla Costa e Selma James (2018), como teóricas fundadoras da perspectiva autonomista, e as elaborações de Vogel, como aquela que consegue conceber o núcleo duro da perspectiva marxista na qual se baseiam as elaborações posteriores, e se concentra, particularmente, na definição de um ponto crucial: se o trabalho de reprodução social produz ou não valor. Essa discussão, que pode parecer quase um preciosismo (e que muitos criticaram na década de 1970 por ser “abstrata demais”), recupera toda a sua centralidade aqui. A terceira virtude é que Mezzadri estabelece nitidamente qual é a consequência política desse debate teórico: nem mais nem menos do que a caracterização dos territórios da luta contra o capital, quem são os sujeitos que devem protagonizá-la e qual é o papel das mulheres nessa luta. Ou seja, qual seria a forma política que uma perspectiva, que busca transcender o capitalismo, assumiria hoje?

Definitivamente, além dos argumentos que a própria Mezzadri defende e da forma como o faz (tudo isso é objeto de minha crítica), seu artigo é importante em si mesmo porque consegue deixar evidente que estamos diante de um debate central para o feminismo (em um momento em que milhares de mulheres, especialmente jovens, se identificam com essa identidade heterogênea) e, sobretudo, para um feminismo que entende que a luta contra a opressão às mulheres é indissociável da luta

² Para uma entrevista com Tithi Bhattacharya sobre seu livro, consulte Varela (2018a).

³ [N. T.] Título original: *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*.

⁴ Para a elaboração desta crítica, foram fundamentais as trocas de ideias com Susan Ferguson e Gastón Gutiérrez Rossi. Todas as afirmações são de minha inteira responsabilidade.

contra o capitalismo, na medida em que não são sistemas de opressão separados (patriarcado e capitalismo), mas um único sistema construído sobre a base dessa dupla opressão (de gênero e de classe)⁵.

1. Todo trabalho produz valor?

Mezzadri começa assim sua crítica:

Partindo de uma revisão do debate sobre a reprodução social, antigo e novo, e concentrando-se no aumento e na expansão do trabalho informal e não formalizado, a análise a seguir argumenta que somente as interpretações das atividades e dos âmbitos da reprodução social como *produtores de valor* podem melhorar nossa compreensão das relações de trabalho do capitalismo contemporâneo (Mezzadri, 2019, p. 33; grifos no original).

Para fazer essa afirmação, Mezzadri se apoiará em dois pilares: o primeiro, a tradição teórica iniciada por Dalla Costa e James (inscrita no *operaismo* italiano), que deu origem à Campanha por Salários para o Trabalho Doméstico⁶, e da qual fazem parte Leopoldina Fortunati e Silvia Federici⁷, entre outras; o segundo, estudos que se concentram no “trabalho informal ou informalizado” e/ou nas “economias de subsistência” em países periféricos, entre os quais a autora destaca os de Maria Mies (Mies, 1982; 2019; Mies e Bennholdt-Thomsen, 1999). Assim, a tese, que no âmbito da Segunda Onda Feminista visava argumentar especificamente que o trabalho doméstico produz valor, é ampliada aqui em direção a uma tese mais geral sobre “o papel desempenhado pela reprodução social nos processos de extração do mais-trabalho e de geração de valor” (Mezzadri, 2019, p. 34), que vai além do campo do feminismo e se justapõe às discussões que estão sendo realizadas na historiografia, sociologia e antropologia contemporâneas. Essas discussões têm um núcleo comum: a problematização da ideia de Marx do “trabalhador livre” (“livre” dos meios de produção e “livre” para vender sua força de trabalho no mercado) e da relação de assalariamento como a relação social fundamental a partir da qual se explica a produção de valor e de mais-valor e, portanto, a acumulação de capital e a reprodução do sistema capitalista como um todo. Parte dessas discussões pode ser encontrada no livro de Marcel van der Linden (2013), *Trabalhadores do mundo*, entre outros. Com base nesses estudos e em sua própria pesquisa sobre *sweatshops* (Mezzadri, 2017), a autora identificará três canais pelos quais as atividades e esferas reprodutivas contribuem para os processos de geração de valor: (a) a extensão dos padrões de controle do trabalho para além do tempo de trabalho, o que também expande as taxas de exploração; (b) a absorção, pelos e pelas trabalhadores/as, da externalização sistêmica dos custos de reprodução social, que opera, de fato, como um subsídio ao capital; (c) o aumento da subsunção formal do trabalho ao capital, uma forma endêmica no capitalismo periférico e, portanto, na maior parte do mundo (Mezzadri, 2019, p. 33). Embora neste artigo não iremos nos

⁵ Essa compreensão é a base das teorias unitárias, em oposição às teorias de sistema duplo que explicam a opressão de gênero e a exploração de classe como consequência de dois sistemas distintos. Para uma reconstrução desse debate, consulte Ferguson e McNally (2022).

⁶ Campanha internacional que começou em 1972 nas cidades de Nova Iorque, Trivento, Toronto e outras. Para conhecer uma historicização do Comitê de Nova Iorque, do qual Silvia Federici participou, consulte Federici e Austin (2019).

⁷ Consulte Fortunati (1981) e Fortunati e Federici (1984).

deter nessa discussão, mas naquela que se refere, particularmente, ao feminismo autonomista que Mezzadri identifica como a tradição originária, é pertinente ressaltar o que dissemos durante um “debate” com Marcel van der Linden e sua categoria de “trabalhadores subalternos”: a descrição da heterogeneidade e das formas intermediárias de trabalho que existem (nas quais os tempos de produção de valor e de reprodução da força de trabalho se sobrepõem) não constitui, por si só, uma negação do predomínio da relação salarial como estruturante (não totalizante) da acumulação de capital hoje. Por outro lado, expressa a maneira desigual e combinada pela qual o capitalismo contraditoriamente mercantiliza os e as trabalhadoras (Varela, 2014).

Apoiando-se nesses dois pilares, Mezzadri argumentará que há *uma indefinição da fronteira entre os âmbitos da produção de “valor” e da reprodução da “vida”*, o que significaria que todos os âmbitos onde existe “trabalho” podem ser pensados como âmbitos de fonte de valor e, portanto, a própria distinção entre o espaço da produção e o espaço da reprodução se torna irrelevante a tal ponto que sustentá-la é quase um capricho “produtivista” das marxistas da TRS (e de marxistas em geral). Em suas próprias palavras: “abordagens do valor que propõem uma separação nítida entre o que produz e o que não produz excedente se baseiam em uma informação imprecisa e altamente dualista para a compreensão do funcionamento do capitalismo” (Mezzadri, 2019, p. 39).

Antes de fundamentar os problemas que vejo na abordagem de Mezzadri, gostaria de desvendar uma série de questões que não fazem parte da discussão (embora tendam a aparecer e gerar confusão). Em primeiro lugar, definir se o trabalho de reprodução social produz ou não valor não é o mesmo que dar “valor ou importância” a esse trabalho, realizado principalmente por nós, mulheres, porque o valor na teoria de Marx não é um conceito moral, é um conceito (central) de sua crítica à economia política. Pelo contrário, estabelecer o papel do trabalho de reprodução social e sua relação com o trabalho produtivo *implica atribuir-lhe a maior importância no capitalismo*, porque ajuda a compreender, entre outras coisas, o ponto exato em que o gênero e a classe se cruzam, não por acaso, não aleatoriamente, mas *de uma forma necessária* para que esse sistema (de opressão e exploração) se reproduza. Portanto: não estamos discutindo a importância do trabalho de reprodução social. Reconhecer essa importância vital (inclusive econômica) para o capitalismo é *o ponto de partida do debate, não sua conclusão*. Em segundo lugar (e derivado do que foi dito antes), não se trata de um debate que possa ser resolvido “politicamente”, no sentido de argumentar que a determinação do caráter produtivo do trabalho de reprodução é uma posição política correta porque dá visibilidade tanto a um trabalho reconhecidamente invisibilizado e desvalorizado quanto aos sujeitos que o realizam. Infelizmente, a política não resolve os problemas da teoria⁸. O objetivo de visibilizar essa metade da classe trabalhadora relegada à escuridão por seu trabalho de reproduzir a força de trabalho é, sem dúvida, um objetivo político de primeira ordem (um ponto com o qual concordam todas as teóricas marxistas da reprodução social). Mas, em vez de fazer isso equiparando esse trabalho ao realizado pelos e pelas operárias no ponto da produção, a melhor maneira de combater as posições que fetichizam o operário de macacão (homem e certamente branco) e o local da produção como o único *lócus* da luta de classes não

⁸ O mesmo poderia ser dito em sentido inverso: uma boa teoria não resolve problemas da política, embora dê mais chances para que isso aconteça.

é amalgamar um tipo de trabalho com o outro (a cozinha e a fábrica), mas tentar compreender a diferença entre ambos para também compreender sua relação. Em terceiro lugar, argumentar que o trabalho de reprodução social não produz valor não significa, de forma alguma, considerar que existe algo como um modo de produção doméstico (diferente do modo de produção capitalista) no qual as mulheres são as “proletárias” desse modo de produção paralelo⁹. Longe desse dualismo (característico das teorias do sistema dual que Vogel critica veementemente), uma das maiores riquezas do livro *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* (Vogel, 2022) é se situar explicitamente no campo das teorias unitárias e, a partir daí, compreender a relação entre produção e reprodução como uma *unidade diferenciada*. Por fim, e embora possa parecer um exagero deixar isso explícito, estabelecer que o trabalho de reprodução social não produz valor não significa (sob nenhum ponto de vista) considerar as mulheres (que o realizamos majoritariamente) como não fazendo parte da classe trabalhadora ou como “cidadãs de segunda” da nossa classe. Como Arruzza aponta nesse dossiê, a definição de classe trabalhadora nunca se restringiu, para Marx, aos trabalhadores produtivos (embora existam aqueles que, em nome do marxismo, tenham feito isso). Em outro artigo, apontamos, seguindo a definição de Daniel Bensaïd, que a classe trabalhadora está definida por *suas relações com o capital e pelo conflito social que se opõe ao mesmo* (Varela, 2019). Essa dupla determinação está, por sua vez, imbricada em diferentes níveis nos quais o conflito social se desdobra: o âmbito da produção, o da circulação e o da reprodução social como um todo. A relação salarial, cujo *locus* da luta de classes é o âmbito da produção, na medida em que ali se disputa o tempo de trabalho necessário e o mais-trabalho (por meio da luta pelo tempo de trabalho e pelas condições de trabalho), *é uma determinação necessária, mas não suficiente*. O outro conjunto de determinações (que Bensaïd organiza em torno dos volumes II e III de *O capital*) está ligado a essa primeira determinação (ou seja, sem ela perdem o sentido), mas a complexificam. Como veremos no final deste texto, longe de qualquer cidadania de segunda, é possível considerar que as mulheres da classe trabalhadora ocupam uma posição privilegiada, não por uma idealização das “cozinhas” ou do âmbito da “subsistência”, mas por *seu lugar como pontes entre a produção e a reprodução*, entre a fábrica e a comunidade, um lugar que pode ser configurado como um local estratégico para uma perspectiva anticapitalista que não pode ser somente das mulheres, mas deve ser (sim ou sim) de todos os e as trabalhadoras (uma classe heterogênea que possui gêneros, raças, etnias, nacionalidades e sexualidades). Dito isso, vamos nos deter nos problemas que a abordagem de Mezzadri levanta.

⁹ Como aponta Paul Smith (1978), durante o debate sobre o trabalho doméstico na década de 1970, muitas críticas marxistas a Dalla Costa e James (o que ficou conhecido como posições “ortodoxas”) argumentavam que o trabalho doméstico não produzia valor porque pertencia a um sistema de produção diferente do capitalista (o doméstico), que constituía um resquício do passado (ou seja, um sistema de produção pré-capitalista). Esses tipos de posições (reconhecidamente dualistas) tornaram o debate difícil e polarizado. Foi Lise Vogel que, a partir do campo do marxismo, retomou a discussão sobre o trabalho doméstico e criticou a tradição *operaísta* a partir de uma perspectiva unitária.

2. A liquidação das fronteiras (ou o problema da indistinção)

Como já dissemos, Mezzadri afirma que qualquer abordagem do valor que estabeleça uma fronteira nítida entre o trabalho que produz e o trabalho que não produz excedente interpreta mal a realidade. Agora, qual é, de acordo com Mezzadri, a maneira pela qual os marxistas estabelecem essa fronteira? Pela diferenciação entre os trabalhadores que recebem salários e os que não recebem. Nos termos de Mezzadri, o salário é a expressão da produção de valor para os marxistas, razão pela qual a diferença entre o trabalho produtivo e o não produtivo seria equivalente à diferença entre o trabalho assalariado e o não assalariado. “Sem dúvida, é a *reificação e a fetichização do salário como valor, e não como custo do trabalho*, o que proporciona as premissas para a compreensão produtivista da geração de valor” (Mezzadri, 2019, p. 36; grifos adicionados).

Como pode ser percebido (e se torna mais evidente ao ler o texto completo), a afirmação concentra uma série de equívocos sobre a teoria marxista que são de primeira ordem. O principal deles (do qual derivam os demais) é a *confusão sobre a distinção entre trabalho e força de trabalho*. Na teoria marxista, o salário não é nem o custo nem o valor do trabalho, na medida em que o que é comprado e vendido não é o “trabalho”, mas a “*força de trabalho*” que, como capacidade de produzir valor (e mais-valor), é, mesmo antes de ser efetivamente vendida e comprada, uma mercadoria. Esse caráter de mercadoria da força de trabalho é central, porque a força de trabalho como mercadoria não é *qualquer* capacidade de trabalhar (posso fazer um bolo em casa e não por isso coloco a *força de trabalho* em jogo, mesmo que coloque em jogo a capacidade requintada de trabalhar). A mercadoria *força de trabalho* é a capacidade de trabalhar *na medida em que o trabalho que eu realizo seja mensurável em termos de tempo de trabalho socialmente necessário*. Ou seja, é a capacidade de realizar um trabalho abstrato, que, evidentemente, também é sempre um trabalho concreto e útil. *O salário não paga o trabalho* (se pagasse, não haveria mais-valor), *mas paga a mercadoria força de trabalho* que, como uma capacidade de trabalho abstrato e, portanto, mensurável, *produz valor*. Por isso, a produção de valor é indissociável, na teoria marxista, da distinção entre trabalho e força de trabalho.

A interpretação particular de Mezzadri sobre o salário *questiona, de fato, a distinção entre trabalho e força de trabalho* e, por meio dela, questiona a teoria do valor-trabalho de Marx. Infelizmente, isso não é dito explicitamente, fazendo com que Mezzadri perca a oportunidade de argumentar os fundamentos de uma nova teoria do valor (um debate absolutamente legítimo e explícito em outros autores) e, em vez disso, o texto assume a forma de um paradoxo: por um lado, afirma que “a reprodução social é, de fato, geradora de valor, e em um sentido marxiano” (*ibidem*, p. 34). Por outro lado, afirma que o que se deve fazer “é simplesmente aceitar o alcance muito mais limitado da teoria do valor-trabalho, cuja aplicação, para a análise marxista, sempre foi pensada como algo que funcionava no âmbito da produção capitalista de mercadorias” (*ibidem*, pp. 36-37). A esta altura do texto, é muito difícil saber o que é valor para Mezzadri.

Mas a autora acrescenta outro elemento importante à discussão: essa fetichização e reificação do salário explicaria a ideia (que, segundo Mezzadri, tanto nós, marxistas, quanto a economia política clássica compartilhamos) de que o valor do trabalho (representado no salário) é algo *exógeno* ao processo de produção de valor, ou seja,

algo determinado pelas “condições gerais de reprodução de uma determinada sociedade em um determinado momento no tempo” (*ibidem*, p. 36). Uma nova confusão soma-se à anterior. Efetivamente, em Marx, o custo da força do trabalho (não do trabalho) não é fixo, mas é resultado da luta de classes na medida em que aquilo que é “necessário” para a reprodução da força de trabalho tem um “componente histórico-moral” que se dirige em função das relações de força conquistadas pelos e pelas trabalhadoras por meio das suas lutas. Agora, dizer que o salário (como expressão do valor da *força de trabalho* e não do trabalho) é o resultado da luta de classes não significa, de forma alguma, afirmar que é “exógeno” ao processo de produção de valor. Pelo contrário, é tão endógeno quanto a própria luta de classes como uma luta entre capital e trabalho. O que é exógeno aos processos de produção de valor em Marx é *o trabalho de reprodução da força de trabalho*, na medida em que, no capitalismo (e não no feudalismo, por exemplo), há uma separação entre o âmbito da produção e o da reprodução. A fronteira entre produção e reprodução é uma parte necessária da criação violenta do trabalhador assalariado como uma relação social. Marx diz: “O trabalhador pertence ao capital ainda antes de vender-se ao capitalista. Sua *servidão econômica* é a um só tempo mediada e escondida pela renovação periódica de sua venda de si mesmo [...]” (Marx *apud* Bhattacharya, 2023b, p. 28; grifos adicionados). Essa servidão econômica (não possuir os meios de produção e reprodução que lhe permitiriam viver sem ter de vender-se como mercadoria) é *uma condição necessária para o funcionamento do capitalismo, uma condição que exige a separação entre a produção e a reprodução*. Como afirma Vogel: “Como em nenhum outro modo de produção, as tarefas de manutenção diária e de reposição geracional estão espacial, temporária e institucionalmente isoladas da esfera da produção” (Vogel, 2022, p. 405). A manutenção diária e a renovação geracional da mercadoria força de trabalho é o que Vogel chama de reprodução social¹⁰: “[...] eu restringi o conceito de reprodução da força de trabalho aos processos que mantêm e repõem a força de trabalho *capaz de produzir um excedente para uma classe apropriadora*” (*ibidem*, p. 399; grifos adicionados).

Dizer que a separação entre produção e reprodução é necessária (não aleatória) no capitalismo não é o mesmo que afirmar que seja absoluta ou que não existam formas não livres de trabalho (como aquelas em que Mezzadri se especializa e com as quais nós, que vivemos em países periféricos, estamos especialmente familiarizados). Como Susan Ferguson ressalta:

A classe dominante e seu Estado estão constantemente negociando a separação entre a produção da vida e a produção de valor capitalista. Não se trata de uma separação pré-estabelecida, estática ou estável que possa ser facilmente mapeada em termos espaciais. Em vez disso, é dinâmica e relacional, com duas tendências opostas de separação e convergência (Ferguson, 2020).

Mas o desconhecimento da fronteira entre produção e reprodução por parte de Mezzadri arrasta consigo, como um efeito dominó, a distinção entre trabalho e força de trabalho e, com isso, a especificidade do que se produz no âmbito da reprodução social: a “vida” não é produzida em um sentido abstrato e a-histórico, *a vida é produzida e reproduzida como portadora da mercadoria força de trabalho*. Essa é a *segunda especificidade da mercadoria força de trabalho*: se com Marx sabemos que se trata da

¹⁰ Vogel diferencia a reprodução geracional da força de trabalho de outras formas, como a imigração.

única mercadoria que produz mais valor do que ela mesma, com Vogel sabemos que se trata *da única mercadoria que é produzida fora do âmbito da produção*. Por quê? Porque, dada a inseparabilidade do trabalhador e de sua força de trabalho, sua produção não pode estar amarrada às regras da produção de mercadorias. Como diz Paul Smith:

Embora a mercadoria força de trabalho possa ser vista como o produto do trabalho doméstico, não se pode dizer que o caráter de mercadoria desse produto incide sobre o processo de trabalho doméstico, que seu caráter de valor está sendo levado em conta (isso fica evidente no fato de que o trabalho doméstico não deixa de ser realizado quando há uma superprodução relativa do produto que produz). Sem essa indiferença à forma concreta particular de trabalho, o trabalhador doméstico não assume o caráter econômico de produtor de mercadorias. Conseqüentemente, o trabalho doméstico não pode ser visto como trabalho abstrato, a substância do valor (Smith, 1978, p. 206).

Se o lar fosse uma fábrica de força de trabalho (em um sentido literal), deveria ser regido pela mesma lógica da produção de qualquer outra mercadoria: a busca pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário para que a mercadoria seja plausível de ser vendida no mercado (ou seja, competitiva). Nada disso acontece com a mercadoria força de trabalho: sua dificuldade ou impossibilidade de ser vendida no mercado não interrompe sua produção: em tempos de alto desemprego, as crianças continuam a ser alimentadas, banhadas, educadas, vestidas; certamente será um trabalho realizado em condições mais precárias e sofridas, mas não há “suspensões” devido ao excesso de estoque no âmbito da reprodução social¹¹. Por outro lado, seu valor não depende do tempo de trabalho necessário para sua produção: se uma mulher leva duas horas ou 30 minutos para fazer o ensopado que alimenta sua filha, isso não incide sobre o salário que a filha pode obter com a venda da sua força de trabalho. De fato, a força de trabalho é a única mercadoria que ajusta seu valor ao seu preço¹²: nas épocas de grande desemprego, o preço da força de trabalho cai e o valor se ajusta a essa queda.

Mas caberia ainda chamar atenção para o fato de que enfatizar que a reprodução da força de trabalho requer um trabalho (invisibilizado, desvalorizado e generificado) que se realiza fora do âmbito da produção de mercadorias *não é o mesmo que dizer que a força de trabalho se reproduz inteiramente fora do âmbito da produção de valor*. Isso seria um grande erro: a reprodução da força de trabalho não é nem completamente endógena nem completamente exógena ao âmbito da produção de valor, mas dual: no que se refere ao salário (como expressão do custo mensurável da reprodução da força de trabalho), é endógena ao âmbito da produção de valor e mais-valor; no que se refere à grande maioria do trabalho de reprodução da força de trabalho, é exógena

¹¹ Isso não significa que não existam políticas estatais destinadas a promover ou limitar a maternidade (existem, e algumas são das mais violentas). Mas o fato de o Estado ter de intervir (como mediação) prova justamente que a “produção da mercadoria força de trabalho” não pode regular-se da mesma forma que as demais mercadorias.

¹² Nesse sentido, poderíamos dizer que a força de trabalho é uma mercadoria triplamente única: é a única que produz mais valor do que ela mesma, é a única que é produzida fora do âmbito da produção e é a única que ajusta seu valor ao seu preço (é evidente que esse ajuste tem limites biológicos, como Marx já disse).

ao âmbito da produção¹³. Em outras palavras, a força de trabalho (e nós trabalhadores que a portamos) é reproduzida pelo que ocorre dentro e fora do âmbito da produção de valor. Portanto, para entender a reprodução da força de trabalho, é necessário analisar ambos os âmbitos (da produção e da reprodução) e, acima de tudo, analisar *a relação entre eles*.

São as características do trabalho assalariado como uma relação social fundamental que requer um trabalhador “livre” (dos meios de produção e para vender sua força de trabalho no mercado), e as particularidades da mercadoria força de trabalho (indissociável de seu portador), que separa e diferencia o âmbito da produção e o da reprodução, ao mesmo tempo em que os torna indissociáveis. É a essa unidade diferenciada que se refere Vogel com o conceito de duas dimensões do trabalho necessário: a dimensão social e a doméstica, que se desdobram em duas esferas da produção social no seu conjunto.

3. Na origem, era o doméstico (ou a reprodução como *oikos*)

Uma das críticas de Mezzadri ao livro de Bhattacharya é a de que não remete ao debate sobre as origens: as elaborações feministas nas quais se baseou a Campanha por Salários para o Trabalho Doméstico em 1972. Embora a crítica seja um pouco enganosa, porque a discussão sobre o trabalho doméstico e seu valor já fazia parte dos debates da época e envolvia diferentes autores¹⁴, a Campanha foi de fato um divisor de águas e foi, sem dúvida, *a origem da perspectiva autonomista sobre a reprodução*. Retomaremos o núcleo duro dessas elaborações por meio da contribuição de Silvia Federici¹⁵, porque é aí que se encontram as bases para compreender a posição de Mezzadri.

¹³ Apontar que a grande maioria do trabalho de reprodução da força de trabalho é exógena ao âmbito da produção não é o mesmo que dizer que esse trabalho não é assalariado: uma das observações mais sagazes de Vogel no debate original da Segunda Onda foi apontar que havia todo um conjunto de tarefas de reprodução que o Estado capitalista havia “socializado” por meio das escolas, hospitais, casas de repouso para idosos etc. É interessante observar as quatro formas de trabalho de reprodução social mencionadas por Arruzza no artigo que ela compartilha com Bhattacharya nesse mesmo dossiê: trabalho não-produtivo e não-assalariado (lar/bairro/comunidade); trabalho não-produtivo assalariado estatal (serviços públicos); trabalho não-produtivo assalariado em serviços pessoais (trabalho doméstico); trabalho produtivo assalariado (McDonald’s).

¹⁴ Ao localizar as origens nessa Campanha, Mezzadri omite, por exemplo, obras muito importantes para essa discussão, como a de Margaret Benston, que em 1969 escreveu *The political economy of women’s liberation* [A economia política da libertação das mulheres], na qual discute expressamente o trabalho doméstico e sua produção de valor. Para uma historicização detalhada, consulte Ferguson (2020).

¹⁵ Federici foi uma das dirigentes do Comitê de Nova Iorque da referida Campanha. Recentemente, foi publicado um livro que recupera essa experiência (Federici e Austin, 2019).

Como aponta Federici, a primeira formulação do trabalho doméstico como produtor de valor foi feita por Dalla Costa¹⁶ em seu texto “Potere femminile e sovversione sociale” [Mulheres e a subversão da comunidade]¹⁷, em 1971, e esteve diretamente relacionado aos desenvolvimentos teóricos que vinham ocorrendo na Itália no calor do que ficou conhecido como *operaísmo*, particularmente a noção de “fábrica social” de Mario Tronti¹⁸.

Igualmente importante para o desenvolvimento da nossa perspectiva foi o conceito operaísta de “fábrica social”. Isso se traduziu na teoria de Mario Tronti em *Operai e capitale* [Operários e capital] (1966), segundo a qual, a partir de uma certa fase de desenvolvimento capitalista, as relações capitalistas tornam-se tão hegemônicas que toda relação social é subsumida pelo capital e a distinção entre sociedade e fábrica entra em colapso, e então a sociedade converte-se em fábrica e as relações sociais tornam-se diretamente relações de produção. Tronti se referia à crescente reorganização do “território” como um espaço social estruturado em função das necessidades da produção fabril e da acumulação de capital. Entretanto, para nós, logo ficou claro que o circuito da produção capitalista e a “fábrica social” produzida por ele começavam e estavam centrados, acima de tudo, na cozinha, no quarto, na casa (na medida em que esses eram os centros de produção da força de trabalho), e a partir daí mudaram-se para a fábrica, passando pela escola, pelo escritório, pelo laboratório (Federici, 2019, p. 25-26).

Este parágrafo concentra a *matriz operaísta* que está na base das posições de Mezzadri e Federici. Quando Mariarosa Dalla Costa escreveu que o trabalho doméstico não só contribuía para reduzir o custo da força de trabalho (algo inegável)¹⁹, mas que também *produzia mais-valor*, ela foi a primeira *obreirista* que, levando ao extremo a noção de fábrica social de Tronti, postulou a existência de extração de mais-valor fora do ambiente da fábrica. A partir de então, o conceito de Tronti será apropriado nessa acepção particular pelas feministas da Campanha, não mais para pensar os espaços extra-fábrica em geral, mas para pensar especialmente o espaço doméstico como um espaço de relações de produção.

Mas medir o trabalho pelo salário também esconde a extensão da subordinação das nossas relações familiares e sociais às relações de produção – *elas se tornaram relações de produção* (Federici, 2019, p. 77; grifos adicionados).

¹⁶ Mariarosa Dalla Costa foi uma militante operaísta da região do Vêneto, professora assistente do Instituto de Ciência Política da Universidade de Pádua (dirigido por Toni Negri) e impulsionadora do grupo Lotta Femminista.

¹⁷ Esse texto e o de Selma James “Il posto della donna” [Lugar de mulher], também de 1971, são os que darão origem ao livro em inglês de Dalla Costa e Selma James (1972).

¹⁸ Mario Tronti foi um intelectual comunista italiano que desempenhou um papel central no desenvolvimento no *operaísmo* na década de 1960, primeiro na revista Quaderni Rossi (sob a direção de Raniero Panzieri, do PSI) e, depois, a partir de 1964, na Classe Operaia, juntamente com R. Alquati, A. Negri e A. Rosa. Em 1966, publicou o livro *Operários e capital*, no qual desenvolveu o conceito de “fábrica social”.

¹⁹ De fato, há muitas formas pelas quais a classe capitalista reduz o custo da força de trabalho: subsídios, legislação antigreve ou antissindical etc.

Aqui está o núcleo duro teórico: enquanto se afirma com certeza que o trabalho doméstico produz valor, o conceito de “fábrica social” (ou, melhor dizendo, a apropriação particular desse conceito) opera como uma proteção contra a dificuldade de estabelecer com precisão o modo específico pelo qual as atividades envolvidas na reprodução social contribuem para a criação de valor.

No capitalismo, a produção de valor nunca deriva de um lugar concreto, mas está socialmente determinada. Em outras palavras, trata-se de uma “linha de montagem extensa” (uso o termo em sentido figurado), necessária para a geração de mais-valia. Obviamente, a mais-valia é gerada quando os produtos do trabalho são vendidos no mercado. Se você tem uma fábrica que produz uma dúzia de carros que nunca são vendidos, não há geração de mais-valia. O que quero dizer com isso é que as atividades envolvidas na reprodução do trabalhador assalariado fazem parte dessa linha de montagem: são parte de um processo social que determina a mais-valia. *Mesmo que não possamos estabelecer uma relação direta entre o que acontece em uma cozinha e o valor que se gera*, por exemplo, pela venda de um carro ou de qualquer outro produto, quando contemplamos a natureza social da produção de valor, uma “fábrica social” se desdobra para além da própria fábrica (Federici, 2014; grifos adicionados).

Se, do ponto de vista marxista, a mensurabilidade do trabalho de reprodução não é possível porque, como dissemos antes, *esse trabalho não pode ser trabalho abstrato*, a posição teórica de Federici e Mezzadri não oferece um modo alternativo de comensurabilidade, o que torna a noção de valor extremamente elusiva.

Sobre essa base conceitual (e sua ambiguidade), Federici se apoiará para, após uma série de deslocamentos teóricos, chegar à ideia de que *as mulheres, como protagonistas da reprodução social, são os sujeitos mais explorados nessa sociedade transformada em uma fábrica social e, portanto, são os sujeitos prioritários da luta contra o capitalismo*. Descreveremos brevemente esses deslocamentos.

O primeiro é aquele que se desloca do trabalho doméstico como produtor de valor para identificá-lo como *o pilar central dessa “fábrica social”*, pois é nele que se reproduzem os seres humanos e a força de trabalho. Esse caráter de *oikos* (unidade básica) o transforma, nos termos de Federici, no “ponto zero” da revolução e, portanto, no território privilegiado da luta de classes e da construção de uma sociedade para além do capitalismo. Esse deslocamento implica um salto muito importante: se a discussão original das feministas da Segunda Onda era contra a fetichização do operário de macacão (homem e branco) como o único sujeito da classe trabalhadora (invisibilizando o trabalho não-remunerado das mulheres), aqui o lar começa a se configurar não apenas como *outro território* de trabalho produtivo (que deveria ser reconhecido por meio do salário), mas como um *território prioritário da produção*, uma priorização que acabará (paradoxalmente) na desvalorização (e, nas versões mais radicais, na invisibilização) do trabalho assalariado dos trabalhadores homens (e das trabalhadoras mulheres). Como Peter Linebaugh sintetiza na forma de um slogan: “A reprodução precede a produção social. Se você mexe com as mulheres, você mexe na base”²⁰.

²⁰ Como Tithi Bhattacharya aponta em seu livro (2017), essa anterioridade “histórica” (no sentido de que, de fato, sem produção e reprodução de seres humanos não há trabalho assalariado) não diz muito sobre a base da acumulação de capital, que ainda (e infelizmente) reside na extração de mais-valor no ponto da produção.

Mas aqui vem o segundo deslocamento: aquele que vai “da cozinha para o jardim e a terra”. Se, no debate da década de 1970, esse *oikos* foi pensado do ponto de vista do lar, o processo de globalização (e sua mecânica de constante mercantilização de diversas esferas da vida social) faz com que a reprodução social deva ser pensada a partir de todo âmbito em que a atividade de subsistência seja realizada, tanto nas cidades (hortas comunitárias ou panelas comunitárias) quanto no campo (agricultura de subsistência). Este deslocamento também é muito importante, pois é o que permite estabelecer vínculos entre o debate original feminista e os estudos sobre economias de subsistência, como os da escola de Bielefeld (Alemanha)²¹, entre os quais se destacam os trabalhos da feminista Maria Mies, citada por Mezzadri no texto. São esses estudos, concentrados em países periféricos e/ou ex-colônias, que permitem que o conceito de reprodução social seja levado a um nível mais amplo em uma abordagem “comunitária”. É nesse espaço, no que Mies chama de espaço de construção “dos comuns”, que o olhar deve repousar (da mesma forma que antes repousava no lar). Contudo, também permite estabelecer o vínculo com leituras do neoliberalismo ou da globalização como um processo de “acumulação primitiva permanente ou constante”, no qual o capitalismo tenta salvar sua crise de acumulação por meio de novos processos de despossessão²², seja na forma de deslocamento de comunidades que ainda vivem em algum tipo de economia de subsistência (os chamados novos *enclousures* [cercamentos]); seja na forma de endividamento dos países periféricos (dívida externa como procedimento de despossessão), cujos planos de ajuste expandem o mecanismo da dívida (e seu disciplinamento) para os setores populares empobrecidos pelas políticas de ajuste estrutural. Em síntese, esse deslocamento teórico do doméstico para o territorial permite que a leitura original que colocava as mulheres e seu trabalho de reprodução social no lar no centro da “fábrica social” capitalista seja transformada em *uma chave de leitura do capitalismo global, no qual o epicentro são as economias de subsistência como espaços de resistência à lógica da mercantilização capitalista, e as mulheres dessas economias (principalmente as mulheres do “terceiro mundo”)*²³ como *o fio condutor da história*.

Em suma, com essa chave de leitura, a globalização acaba sendo analisada como um ataque às economias de subsistência e às mulheres, e não como um ataque à classe trabalhadora como um todo por meio da combinação de políticas voltadas para ambos os territórios. No âmbito da produção de mercadorias (múltiplas formas de precarização do trabalho assalariado, combinação entre aumento da jornada de trabalho – e do mais-valor absoluto – e alto desemprego, aumento da informalidade e

²¹ Para uma análise da escola de Bielefeld e suas pesquisas sobre economia de subsistência, consulte Van der Linden (2019).

²² [N. T.] No texto, a expressão utilizada pela autora é “desposesión”. Em traduções para o português, o termo aparece tanto como despossessão, expropriação ou espoliação. Apesar de haver um extenso debate conceitual sobre o assunto e de na tradução de *O novo imperialismo* (2003), de David Harvey, pela editora Loyola, o termo estar traduzido como “espoliação”, mantivemos as variações exatamente como aparecem na versão original.

²³ Essa ideia pode ser observada de forma primorosa em um autor como John McMurtry, retomado por Federici em suas reflexões: “O fator libertador que emerge do Terceiro Mundo é a força das mulheres não assalariadas que ainda não se viram desconectadas da economia vital por meio do emprego. Elas servem à vida, não à produção de mercadorias. Elas são a coluna vertebral oculta da economia mundial” (McMurtry *apud* Federici, 2014, p. 153).

formas híbridas de trabalho assalariado e não assalariado e, como consequência geral, uma queda brutal do salário real e das condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras). E no âmbito da reprodução social (ajustes nos serviços de saúde, educação e todas as formas pelas quais o Estado capitalista havia “socializado” a reprodução social por meio do assalariamento; privatização dos antigos serviços públicos, como transporte, moradia, acesso à água e outros bens básicos; mercantilização dos recursos naturais e expulsão das comunidades de suas terras; extensão do mecanismo de espoliação do endividamento etc.).

O resultado dos deslocamentos teóricos que mencionamos e da chave de leitura que constituem é algo que estava inscrito na Campanha por Salários para o Trabalho Doméstico como uma possibilidade: que o que foi apresentado como uma perspectiva política “começando pelas mulheres, para depois atingir toda a classe trabalhadora” (Federici, 2019, p. 66), se transforme em uma perspectiva onde a classe trabalhadora como sujeito (heterogêneo em termos de gênero, mas também de raça, etnia e sexualidade) se dilui e, em seu lugar, aparece um sujeito de “mulheres populares” ou “mulheres da subsistência” que, por sua proximidade com a “reprodução da vida”, encarnam a possibilidade de transcender o capital como o “reino da morte”.

4. O problema da unidade entre as lutas da produção e da reprodução

Nesta última seção, gostaria de me referir à terceira dimensão que Mezzadri introduz em seu texto: a forma como as diferenças teóricas condicionam as estratégias políticas. Isso é importante porque, embora Mezzadri encontre na perspectiva autonomista a possibilidade de unir os diversos setores de trabalhadores ao considerar suas lutas como “em última instância” reprodutivas (Mezzadri, 2019, p. 39), é precisamente essa reificação do âmbito da reprodução que, a meu ver, afasta a possibilidade de unidade. Vejamos.

Ao pensar sobre as perspectivas políticas de um feminismo anticapitalista hoje, Federici afirma:

Inevitavelmente, tal ataque histórico contra a vida de pessoas, eternizado pelas políticas de “crise permanente”, levou muitos de nós a repensar nossas estratégias e perspectivas políticas. No meu caso, isso me impeliu a reconsiderar a questão do “salário para o trabalho doméstico” e a investigar o significado do apelo crescente de diferentes grupos internacionais radicais do mundo inteiro para a produção de “comuns” (Federici, 2019, p. 32).

O horizonte da busca pelo “comum” (que, nos termos de Caffentzis e Federici (2018), implica uma construção consciente de formas de produção da subsistência que não respondem à lógica do lucro, mas à das necessidades) não nega, nessa proposta política, a reivindicação de um salário do Estado, mas a pressupõe. Mas em vez de ser,

como na década de 1970, um “Salário para o Trabalho Doméstico”, é um “salário social” que garante a reprodução, entendida como subsistência²⁴. Diferentemente de outras formulações de renda básica²⁵, a ideia aqui não é a de um subsídio a ser pago de maneira “universal”, mas para quem garante essa subsistência: as mulheres. Esse subsídio seria a base (pelo menos essa é a hipótese) a partir da qual se desdobrariam formas comunitárias de reprodução social no caminho para a criação dos “comuns” mencionados por Federici.

A exposição dessa estratégia de “salário social + construção do comum” torna mais transparente uma série de elementos que estão presentes no debate teórico, mas nem sempre de forma explícita. O primeiro é que, a partir dessa perspectiva, a luta contra o capitalismo acaba sendo equiparada à luta pela “subsistência *para além* do trabalho assalariado”. É evidente que ninguém pode ser contra o objetivo político de “subsistir”, especialmente em uma situação em que milhões de trabalhadores e trabalhadoras estão morrendo de fome, em decorrência da poluição ambiental ou de desastres ecológicos, de doenças curáveis ou em cárceres estatais. Entretanto, considerar a subsistência como um objetivo de primeira ordem e transformá-lo em um horizonte político não é o mesmo. Um dos elementos interessantes da Campanha Salários para o Trabalho Doméstico da década de 1970 era a consideração de que, longe de ter como finalidade a obtenção de um salário em si, o objetivo era que ao tornar o trabalho doméstico visível, isso abriria a possibilidade de as mulheres *se recusarem a realizá-lo*, ou seja, abriria a possibilidade para *a crítica do trabalho de reprodução social não-remunerado pelas mulheres*.

O documento [Teses sobre salários para o trabalho doméstico (1974)] aborda a reivindicação pelo salário como uma estratégia, não como um fim em si mesmo, mas como uma forma de rejeitar o trabalho não remunerado e como um instrumento para a construção de relações de poder mais favoráveis; o veículo material para rejeitar o trabalho doméstico tal como está organizado no capitalismo (Federici e Austin, 2019, p. 48).

Esse horizonte de crítica ao trabalho de reprodução social se torna menos nítido na estratégia política de subsistência e é substituído, *de facto*, por uma espécie de revalorização das tarefas de reprodução e uma inevitável romantização das mulheres

²⁴ Na apropriação dessa ideia por Cavallero e Gago, o que é exigido do Estado é um “salário feminista”: “Esse é um ponto fundamental que está sendo discutido hoje em várias organizações: a gestão dos recursos públicos na forma de subsídio ou salário social como uma ferramenta que o movimento feminista está disputando a partir de uma lógica própria” (Cavallero e Gago, 2019, Tese X).

²⁵ A própria Federici reconhece que “a reflexão sobre os salários do trabalho doméstico foi estimulada pela reivindicação de uma renda básica universal, que nos últimos anos ganhou popularidade na esquerda europeia” (Federici e Austin, 2019, p. 44). O ponto em comum entre a estratégia das feministas autonomistas e a de organizações que não apenas não são anticapitalistas, mas emanam de instituições que operam como pilares fundamentais do capitalismo contemporâneo (como setores da Igreja Católica ou setores das organizações multilaterais e ONGs globais, que Federici critica acidamente), é o fato de considerarem, como centro de sua estratégia política, a garantia da subsistência dos “perdedores” do capitalismo neoliberal.

que as realizamos²⁶. O espírito de rejeição ao trabalho doméstico que emanava da Campanha se dilui aqui e *a demanda por um salário social aparece como a condição de possibilidade para que esse trabalho seja garantido pelas mulheres nos bairros ou comunidades*. Com base nessa garantia estatal, a aposta na construção dos “comuns” é o que estabeleceria a diferença entre as formas atuais (alienadas) com que nós mulheres realizamos esse trabalho e as formas “alternativas” pelas quais poderiam ser realizadas. Este é precisamente o segundo problema: o que significa a aposta nos “comuns”? A pergunta não se refere à capacidade das mulheres (e dos homens, assim como de outras orientações de gênero) de construir laços sociais que sejam melhores do que o individualismo competitivo promovido pelo capitalismo. Isso está fora de questão, a história da luta de classes é um belo (e doloroso) exemplo dessa capacidade. A pergunta está direcionada a discutir a hipótese geral implicada na aposta pelos “comuns”: é uma aposta para que um setor da população subsista sob “outras regras”, enquanto o restante da humanidade se reproduz sob as regras do capitalismo e em função da lógica de produção de valor (uma espécie de economia completamente dualizada entre a economia de mercado e a de subsistência)? É uma aposta para que milhares de microeconomias de subsistência (urbanas e rurais) se propaguem de forma que nós, os e as trabalhadoras, recuperemos os meios de vida dos quais fomos apropriados e não tenhamos necessidade de vender nossa força de trabalho para viver? Porque se a subsistência sob as regras dos “comuns” continuar sendo um âmbito de produção da mercadoria força de trabalho que o capital irá explorar no ponto de produção, essas experiências comunitárias (por mais ricas que sejam) serão funcionais ao capitalismo, que continuará tendo a mercadoria força de trabalho garantida (e a um baixíssimo custo). Essa e muitas outras perguntas sobre a construção dos “comuns” (para as quais não é simples encontrar respostas) fazem com que, na prática, a estratégia que prevalece seja a do “salário social”. E isso coloca um último problema na mesa: quais são as pontes que essa política estabelece com a situação de exploração cada vez mais precária de bilhões de trabalhadores e de trabalhadoras assalariadas?

O desejo de construir o âmbito da reprodução-subsistência como o *locus* “originário” da luta anticapitalista e as mulheres como seu “novo sujeito” secundariza o que acontece no âmbito da produção (e do trabalho assalariado em geral) e acaba erigindo uma barreira entre ambos os espaços. Se, no início, a fronteira entre produção e reprodução era eliminada, o raciocínio apresentado cria uma nova fronteira, teórica e política. A necessidade urgente de pensar a solidariedade que Mezzadri expõe em seu texto (e que compartilhamos plenamente) encontra, na própria teoria que a autora defende, um obstáculo.

Em contrapartida, uma perspectiva que coloque o foco *na relação entre produção e reprodução*, sem diluir suas diferenças (como faz a tradição iniciada por Vogel e retomada por Bhattacharya em seu livro), dá mais chances (nunca garantias) de se

²⁶ Federici adverte sobre o perigo de que essa visão implica em uma romantização das mulheres como “doadoras da vida” ou “cuidadoras dos comuns” (o que significaria um retrocesso às visões reacionárias sobre as mulheres e seu papel na sociedade), mas não estabelece a relação entre essa romantização e os fundamentos teóricos dessa perspectiva. Em vez disso, ela nos chama a sempre ter em mente que as formas de reprodução da vida que se opõem à mercantilização são uma construção política que deve ser feita de forma consciente.

pensar em políticas que ativem as solidariedades internas de uma classe constitutivamente heterogênea e fortemente fragmentada.

A feminização da força de trabalho (como característica central do neoliberalismo) é, em si, uma expressão dessa relação. *Quanto ao âmbito da reprodução*, expressa a tentativa do capital de transformar a manutenção diária da força de trabalho em *um nicho de produção de valor* por meio da mercantilização do trabalho reprodutivo: prestação privada de serviços de cuidados em clínicas, casas de repouso para idosos, jardins de infância, escolas, mas também de comida pronta, como as grandes cadeias. Esse processo implica uma “externalização” das tarefas de reprodução fora do âmbito doméstico e/ou comunitário, mas não para serem assumidas pelo Estado capitalista na forma de prestação de serviços públicos gratuitos, mas para serem privatizadas e incluídas no circuito de produção de valor. As principais vítimas desse ataque no terreno da reprodução são, sem dúvida, as mulheres da classe trabalhadora, que são obrigadas a dispor de recursos (dinheiro) para pagar por esses trabalhos reprodutivos no mercado privado ou a multiplicar as horas de trabalho reprodutivo não-pago no lar ou na comunidade, na ausência de serviços públicos. *Quanto ao âmbito da produção*, ele expressa a necessidade do capital de explorar cada vez mais trabalho vivo (contra qualquer teoria sobre o fim do trabalho), mas em condições de ultraprecarização, que são as que predominam nesses setores “feminizados” do mercado de trabalho: jornadas de trabalho *part-time* (ligadas justamente à necessidade de se ter mais tempo para cuidar dos filhos), baixos salários, baixas taxas de sindicalização, intensificação das jornadas e péssimas condições de trabalho²⁷. Esse ataque no campo da produção tem, sem dúvida, como suas principais afetadas as mulheres da classe trabalhadora, que são a maioria empregada nesses setores, mas, junto com elas, destina-se também a toda a classe trabalhadora, que assiste à queda de seus salários reais (e relativos) e das condições de sua reprodução. Essa localização das mulheres trabalhadoras dada pela feminização da força de trabalho (uma localização que não existia na década de 1970, quando o debate sobre o trabalho doméstico se desenvolveu) nos permite pensar nas mulheres como uma *ponte entre a produção e a reprodução*. A “trabalhadora assalariada da reprodução social” é uma condição trabalhadora de crescente importância, que combina dois tipos de elementos diferenciados: a) aqueles próprios do “trabalho assalariado”: um local de trabalho onde se concentram centenas ou milhares de trabalhadores (como grandes centros de ensino ou de saúde), possibilidade de negociação coletiva e sindicalização, identificação de um patrão a quem apresentar as reivindicações trabalhistas e contra quem lutar, relações com outros setores de assalariados etc.; b) aqueles próprios da reprodução social: não apenas pela natureza das tarefas, mas também pela relação que se estabelece com os territórios da reprodução social: lares, bairros, comunidades, vilarejos. Pensar nas mulheres da classe trabalhadora como *pontes* nos permite pensar nas lutas (de classe) que vão “da fábrica para o bairro” e “do bairro para a fábrica”, na medida em que a reprodução da força de traba-

²⁷ Como Kim Moody analisa em seu excelente livro sobre a classe trabalhadora estadunidense *On new terrain*: “Esses empregos de serviços que cresceram ao longo dos anos foram, em grande parte, o produto da dinâmica interna da acumulação de capital e de dois de seus problemas de custos atuais, resultado do crescimento da economia dos Estados Unidos da pós-guerra: a reprodução social da força de trabalho e a manutenção da expansão de instalações fixas” (Moody, 2017, p. 19).

lho é, como já dissemos, exógena e endógena ao local de produção. A Greve Internacional de Mulheres, que, ao que tudo indica, veio para ficar, abre a possibilidade (como outros conflitos contemporâneos) de exercitar *essa luta de classes anfíbia*: uma greve da classe trabalhadora como um todo, em seu *locus* da produção e da reprodução, sob a direção das mulheres trabalhadoras.

Referências

- BENSTON, M. “The political economy of women’s liberation”, *Monthly Review*. New York, v. 21, n. 4, 1969.
- BHATTACHARYA, T. (ed.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023a.
- BHATTACHARYA, T. “Como não deixar a classe de lado”. In: MACHADO, B. et al. *Gênero, raça e reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora*. São Paulo: Usina editorial, 2023b.
- CAVALLERO, L. & GAGO, V. “Diez tesis sobre la economía feminista (o sobre el antagonismo entre huelga y finanzas)”, *Viento Sur*. Madrid, n. 164, 2019.
- CAFFENTZIS, G. & FEDERICI, S. “Comunes contra y más allá del capitalismo.” In: CAFFENTZIS, G. (ed.). *Los límites del capital*. Deuda, moneda y lucha de clases. Buenos Aires: Tinta Limón/Fundación Rosa Luxemburgo, 2018.
- DALLA COSTA, M. & JAMES, S. *Mulheres e a subversão da comunidade*. Feminismo com classe. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/mulheres-e-a-subvers%C3%A3o-da-comunidade-de-mariarosa-dalla-costa-b7449ee52519>>. Acesso em 30 de novembro de 2023.
- FEDERICI, S. *Revolución en punto cero*. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.
- FEDERICI, S. “La cuestión de la reproducción es esencial no solo para la organización capitalista del trabajo, sino para cualquier proceso genuino de transformación social”, *Boletín Ecos*. Madrid, n. 26, 2014. Disponível em: <<https://www.fuhem.es/>>.
- FEDERICI, S. “Social reproduction theory: history, issues and present challenges”, *Radical Philosophy*. London, v. 2, n. 4, série 2, 2019.
- FEDERICI, S. & AUSTIN, A. *Salario para el trabajo doméstico*. Comité de Nueva York. Historia, teoría y documentos 1972-1977. Buenos Aires/Madrid: Tinta Limón/Traficantes de Sueños, 2019.
- FERGUSON, S. *Women and work*. Feminism, labour and social reproduction. London: Pluto Press, 2020.
- FERGUSON, S. & MCNALLY, D. “Capital, força de trabalho e relações de gênero” – Introdução à edição de “Marxismo e a opressão às mulheres” na série *Historical Materialism*. In: VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- FORTUNATI, L. *The arcane of reproduction*. Housework, prostitution, labor and capital. New York: Autonomedia, 1981.
- FORTUNATI, L. & FEDERICI, S. *Il grande calibano: storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale*. Milano: Franco Angeli, 1984.
- GAGO, V. & MEZZADRA, S. “A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism”, *Rethinking Marxism*. Michigan, v. 29, n. 4, 2017.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- LINEBAUGH, P. *El manifiesto de la carta magna*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

- MEZZADRI, A. *The sweatshop regime: labouring bodies, exploitation and garments made in India*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- MEZZADRI, A. “On the value of social reproduction: informal labour, the majority world and the need for inclusive theories and politics”, *Radical Philosophy*. London, v. 2, n. 4, série 2, 2019.
- MIES, M. *The lace makers of Narsapur: indian housewives produce for the world market*. London: Zed Books, 1982.
- MIES, M. *Patriarcado y acumulación a escala mundial*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.
- MIES, M. & BENNHOLDT-THOMSEN, V. *The subsistence perspective: beyond the globalised economy*. London: Zed Books, 1999.
- MOODY, K. *On new terrain*. How capital is reshaping the battleground of class war. Chicago: Haymarket Books, 2017.
- SMITH, P. “Domestic labour and Marx’s theory of value”. In: KUHN, A. & WOLPE, A. M. *Feminism and Materialism*. New York: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- TRONTI, M. *Obreros y capital*. Madrid: Akal, 2001.
- VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- VARELA, P. “La clase obrera en debate”, *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires, n. 15, 2014.
- VARELA, P. “Sobre género y clase: entrevista a Tithi Bhattacharya”, *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires, n. 44, ago., 2018a. Disponível em: <<https://laizquierdadiario.com/Sobre-la-relacion-entre-genero-y-clase>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.
- VARELA, P. “Con los ojos de las mujeres”, *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires, n. 44, ago., 2018b.
- VARELA, P. “¿Existe un feminismo socialista en la actualidad? Apuntes sobre el movimiento de mujeres, la clase trabajadora y el marxismo hoy”, *Theomai*. Buenos Aires, n. 39, 1º semestre, 2019.
- VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Texto traduzido sob encomenda da Equipe Editorial